Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano.

Género y interseccionalidad: llaves de lectura para un feminismo latinoamericano.

Mariana Torreão Brito Arcoverde
Pós-graduanda em Direitos Humanos pelo PPGDH/UFPE
marianatba@gmail.com

Resumo: No presente artigo, procuramos relacionar os estudos feministas de gênero e interseccionalidade em seus aportes para compreender a condição das mulheres no contexto latino-americano. Recorrendo a uma revisão bibliográfica, buscamos pontuar as proposições da teoria feminista que melhor permitem perscrutar a marca social multiplamente subalterna que portam as mulheres nos países do Sul global, nomeadamente na América Latina. Acionando os apontamentos teóricos de autoras feministas latino-americanas, mas também asiáticas, e trazendo à baila recortes conceituais dos estudos do pós-colonialismo, visamos discutir a análise interseccional, a partir da hipótese de que a interseccionalidade de gênero com outros marcadores sociais permite uma melhor assimilação da condição de existência feminina nesses espaços periféricos.

Palavras-chave: Gênero e interseccionalidade; feminismo latino-americano; feminismo pós-colonial.

Resumen: En este artículo, tratamos de relacionar los estudios feministas de género y interseccionalidad en sus contribuciones para comprender la condición de las mujeres en el contexto latinoamericano. Por medio de una revisión de la literatura, buscamos puntuar las proposiciones de la teoría feminista que mejor permiten investigar la marca social multiplamente subalterna que llevan las mujeres en los países del Sur global, en particular en la América Latina. Accionando los apuntamientos teóricos de las autoras feministas latinoamericanas, sino también de Asia, y evocando recortes conceptuales de los estudios del poscolonialismo, intentamos discutir el análisis interseccional, a partir de la hipótesis de que la interseccionalidad de género con otros marcadores sociales permite una mejor asimilación de la condición de existencia femenina en estos espacios periféricos.

Palabras clave: Género y interseccionalidad; feminismo latinoamericano; feminismo poscolonial.

Introdução

A teoria feminista contemporânea, frequentemente qualificada de pós-feminismo ao lado de outras

ISBN: 978-85-7205-159-0

vertentes que representam o sentimento de viver nas fronteiras do presente (BHABHA, 1998), apresenta bandeiras diferentes daquelas que ostentou nas suas "versões" primevas. Se antes o debate se centrava no patriarcado e na opressão dos homens sobre as mulheres, atualmente as discussões tratam da própria (im)possibilidade de um patriarcado universal, como também das "mulheres" como um grupo de identidade fixada. Tal fenômeno não é encontrado exclusivamente no feminismo, vez que faz coro ao abalo sofrido pelas ciências e pela teoria do conhecimento, de um modo geral, no que se refere à noção de representação e de conceitos universalizáveis. Essas ideias foram problematizadas a partir das "teorias da contramodernidade" (BIDASECA, 2010), isto é, os estudos culturais, os estudos subalternos e as teorias pós-coloniais, motivo pelo qual far-se-á uma breve remissão às suas contribuições, chegando-se ao diálogo possível com o feminismo latino-americano.

Os estudos culturais, cujos textos seminais apareceram ainda na década de 1950, trouxeram o aporte de elevar o status da cultura a uma dimensão sem a qual as transformações históricas não poderiam ser observadas adequadamente (HALL, 2003). Na mesma década, são datadas obras de Aimé Cesaire, Frantz Fanon e, na década seguinte, de Albert Memmi, todos considerados textos clássicos do pós-colonialismo – embora a pujança teórica de seus textos apenas tenha sido reconhecida a partir de revisitações tardias, posto que suas denúncias foram cabalmente silenciadas pelas interpretações oficiais (MIGNOLO, 2007). Na década de 1970, é criado o Grupo de Estudos Subalternos, comandado por Ranajit Guha, ao tempo que emerge o Orientalismo de Edward Said; já nos anos 1980, difunde-se o debate pós-colonial em grupos acadêmicos anglo-saxões, a partir de nomes como Homi Bhabha, Stuart Hall e Paul Gilroy. Todas essas matrizes de pensamento fizeram parte das "grandes novidades tecnológicas que propõem a análise crítica das relações centro-periferia criadas pelo colonialismo", aponta Bidaseca (2010, p. 93, tradução nossa)[1].

Refere-se, aqui, por pós-colonialismo, à dimensão nomeadamente acadêmica surgida a partir das contribuições de autores e autoras que se debruçaram sobre a relação de antagonismo entre as metrópoles e as colônias, sobre a dicotomia colonizador/colonizado(a), e não ao "pós" enquanto marcador de superação ou de independência. Nas tradicionais enciclopédias e livros de história, lê-se que o processo de colonização (e neocolonização) do "Terceiro Mundo" pela Europa teve fim em meados do século XX, quando diversos territórios dominados, principalmente na Ásia e na África, volveram-se independentes. Contudo, além das dezenas de países que permanecem jurídica e empiricamente na condição de colônia,

[1] No original: "(...) como las grandes novedades teórico-metodológicas que proponen el análisis crítico de las relaciones centro-periferia creadas por el colonialismo".

ISBN: 978-85-7205-159-0

tais estudos vieram propor a ideia de que a colonialidade não é um processo findo, uma vez que subsiste na cultura, na política, nos modos de ser e viver, isto é, nos mais diversos aspectos da sociedade, seja ela a colonizada ou a colonizadora.

Compreendendo a constituição da América Latina, a partir do processo europeu de expansão marítima desde a península ibérica, como momento histórico de surgimento da modernidade, Quijano (2007, p. 93) trabalha o conceito de *colonialidade do poder* como matriz de dominação que "se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população como pedra angular de dito padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e à escala social"[2]. Por essa lente de análise, outros autores desenvolveram os conceitos de *colonialidade do saber*, através da ideia de que as características modernas do conhecimento europeu – cientificidade, rigor metodológico, "neutralidade" – seriam a expressão do desenvolvimento histórico da sociedade, sendo esta a evidência mais forte da eficácia do pensamento científico moderno (LANDER, 2005) – e a *colonialidade do ser*, colonização da experiência vivida, negação ontológica do outro a partir da diferença colonial (MALDONADO-TORRES, 2007).

Importa destacar que tais autores se encontram atualmente vinculados a uma rede investigativa que surgiu a partir da colaboração entre expertos que atuam em diversas fundamentações teóricas – estudiosos da colonialidade, das teorias da dependência e do sistema-mundo, da filosofia da libertação, do pensamento de fronteira e da transmodernidade –, rede esta intitulada Modernidade/Colonialidade. No contexto desse grupo, a maior parte dos pesquisadores opta por situar-se dentro da terminologia *decolonial*, por estas duas, entre outras, razões: em uma espécie de rompimento epistêmico com os "Postcolonial Studies",com base na alegação de que o pós-colonialismo anglo-saxão, embora crítico, permaneceria associado às suas raízes pós-estruturalistas, isto é, europeias; e para caracterizar os próprios objetivos do grupo M/C de pensar experiências acadêmicas e práticas outras, que vão contra a lógica da colonialidade, em um processo de desprendimento e abertura (MIGNOLO, 2007).

Uma das poucas pesquisadoras mulheres associadas ao grupo, Walsh (2007) indica que, nas Ciências Sociais, a tendência que mais se verificou foi a de suplantar a localidade histórica por fundamentações teóricas monolíticas, autoproclamadas universais e que evocam a centralidade do conhecimento ocidental, não reconhecendo os saberes advindos de racionalidades outras. Essa alocação

[2] No original: "Se funda en la oposición de una clasificación racial / étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social".

ISBN: 978-85-7205-159-0

do conhecimento "dos outros" (negros, povos indígenas, mulheres) em um patamar isento de racionalidade é hierarquizada, o torna mera "tradição", inferior à ciência. Uma vez percebida a associação radical entre o colonialismo e a modernidade, sendo aquele o lado oculto desta, percebe-se, conforme a leitura de Walsh, que a conjunção de ambos serve ao sucesso de um projeto global de hegemonia sustentado, para além da divisão do planeta entre centro e periferia, na subalternidade.

A dicotomia entre a Europa e "os outros" não é, porém, a única engendrada no seio da modernidade. Com efeito, no mais das vezes, as teorias modernas pensam as suas representações através de categorias homogêneas e separáveis (LUGONES, 2011) – brancos/negros, ricos/pobres, homens/mulheres. Essas distinções dicotômicas possuem uma carga hierárquica e representam uma relação de poder mascarada pela referida naturalização das relações sociais, que o feminismo veio a desmascarar. Visualizam-se, assim, fortes pontos de interseção entre o pós-colonialismo e as teorias feministas: em ambos os casos, procura-se um distanciamento de crenças consolidadas, herdeiras do Iluminismo, por meio do recurso a outros modos de pensar que fujam do conhecimento linear, binário e hierárquico, tão característico da modernidade.

> "A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os 'limites' epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas." (BHABHA, 1998, p. 23-24),

Colonialidade de gênero na América Latina

Sem embargo, os autores das teorias da contramodernidade, majoritariamente homens, deixaram inicialmente de considerar o gênero como categoria central, recaindo em uma omissão substancial que demonstra o falocentrismo constitutivo das Ciências Sociais e Humanas (BIDASECA, 2010), sendo que mesmo o grupo M/C, que logra incluir o gênero em suas análises, o faz de maneira inapropriada, para dizer o mínimo (CURIEL, 2007; LUGONES; 2011). Ademais, considerando-se que bases epistemológicas do pensamento moderno foram centradas no conhecimento europeu e que os estudos feministas, em sua origem, também partilharam dessa mesma fonte, observa-se que mesmo um movimento que se pretende emancipatório, tal qual o feminista, quando supõe representar a opressão sentida pelas "mulheres", acaba por ostentar uma fundamentação teórica que permanece nos moldes do

ISBN: 978-85-7205-159-0

sistema eurocêntrico, graças à homogenização promovida por essa lógica categorial.

Nesse sentido, quando as vozes mais ressonantes do feminismo – invariavelmente ocidentais – não enxergam as estruturas das quais partem, o resultado é uma espécie de discurso unívoco, de tal maneira que a fala de determinadas mulheres arvora-se a fala sobre *todas* as mulheres, debaixo do guarda-chuva da suposta identidade comum. A partir disso, mulheres de origem não-branca puseram em evidência questões relativas à subalternidade e à outremização: questionaram a invisibilização de vivências fora do eixo eurocêntrico e apontaram que, mesmo quando as feministas ocidentais se inclinam sobre as experiências do ser mulher nos países periféricos, existirá sempre a probabilidade de que elas se impliquem figurações. Assim diz Spivak, quando afirma que a figura da mulher negra e subalterna desaparece "não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração da 'mulher do Terceiro Mundo', encurralada entre a tradição e a modernização" (2010, p. 119).

Em entendimento correlato, Mohanty aponta para a produção acadêmica desenvolvida nos países centrais que situa seu objeto de pesquisa e escrita sobre as mulheres de países subdesenvolvidos, resultando em uma colonização das heterogeneidades histórico-materiais experienciadas por tais sujeitos e esboçando um composto único "mulheres-do-Terceiro-Mundo" (MOHANTY,1988), uma representação totalitária. Tal representação implica, ainda, a própria auto-presentação das feministas do Ocidente enquanto a personificação das liberdades seculares, motivo pelo qual a autora sustenta que *re*-presentação e *auto*-presentação se sustentam reciprocamente; uma categoria requer a outra para se viabilizar.

Com algumas similitudes aos processos de subalternidade constituídos sobre a Ásia – local de fala das autoras acima referidas, embora ambas produzam e lecionem já há alguns anos nos Estados Unidos –, porém ostentando, ao mesmo tempo, características sobremaneira particulares decorrentes de heranças coloniais que remontam à expansão marítima ibérica, a América Latina e o(s) seu(s) feminismos também passaram a levantar questões sobre representação, essencialismo, imperialismo e a persistente colonialidade do poder, do saber e do ser. Partindo do pressuposto de que as mulheres são oprimidas e reprimidas graças a um arranjo social misógino, impõe-se considerar que, no contexto latino-americano, tais aspectos são entrecruzados com os processos de uma alteridade de genealogia tão longínqua quanto a instituição do próprio do sistema-mundo colonial/moderno.

Assim é que, neste estudo, entende-se pela necessidade de acionar feministas latino-americanas e/ou, de um modo geral, aquelas afinadas com um pensamento feminista pós-colonial/decolonial. Elege-se tal ancoragem não por um apego essencialista – ou por uma reivindicação de legitimidade,

ISBN: 978-85-7205-159-0

problemática identificada por Suleri na obra de Mohanty (1988) quando da suposição de que "somente uma negra pode falar por uma negra; somente uma feminista subcontinental pós-colonial pode representar adequadamente uma experiência vivida daquela cultura" (SULERI, 1992, p. 760, tradução nossa)[3] –, mas porque ela permite ampliar o horizonte de compreensão das heranças coloniais opressivas e violentas constitutivas da região, ao tempo em que pode dar voz àquelas que protagonizam as denúncias a estas mesmas opressões e violências.

A partir de um conhecimento situado, tais feministas vêm propondo teorias (e práticas) acerca das cicatrizes marcadas na América Latina pelo colonialismo europeu, identificando que é um continente em sua maioria católico, regido por uma economia de mercado determinada por um centro externo e de estrutura social nomeadamente patriarcal, racista e discriminadora (GARGALLO, 2007). Sustentam com veemência que toda situação de conquista cria condições, em termos de afirmação da superioridade do vencedor, para exploração das mulheres em geral – e das negras e indígenas em particular – e, assim, apresentam categorias tais quais a *colonialidade de gênero* e o mito da democracia racial.

Na esteira do pensamento de Lugones (2011), pesquisadora associada ao grupo M/C, Quijano comete, em sua formulação acerda da colonialidade do poder, um equívoco no que se refere às categorias de gênero e sexualidade, porquanto baseia-se na presunção de que ambas são elementos estruturadores das sociedades humanas aprioristicamente. Ao fazê-lo, aceita tacitamente premissas eurocêntricas sobre gênero e ignora que não apenas a racialização, mas também a generização dos povos foram artifícios coloniais de subjugação. Em outras palavras, afirma que o gênro foi uma imposição colonial, vez que certas sociedades pré-coloniais não conheciam uma hirarquização social baseada em gênero nos moldes atuais.

Para a autora, colonialidade de gênero deseja nomear não apenas uma classificação de povos, mas o próprio "processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação, a tentativa de tornar os colonizados menos que seres humanos" (LUGONES, 2011, p. 108, tradução nossa)[4]. Assim, entendendo a dicotomia entre humano/não humano como central da modernidade colonial, afirma que os/as colonizados/as, por não serem considerados humanos/as, eram meramente organizados entre machos e fêmeas, motivo pelo qual a autora declara que "mulher colonizada" seria uma categoria vazia; nenhuma fêmea colonizada poderia ser mulher.

[3] No original: "Only a black can speak for a black; only a postcolonial subcontinental feminist can adequately represent the lived experience of that culture."
[4] No original: "(...) el proceso de reducción activa de las personas, la deshumanización que los hace aptos para la clasificación, el proceso de sujetificación, el intento de convertir a los colonizados en menos que seres humanos."

ISBN: 978-85-7205-159-0

Identificando o desenvolvimento das matrizes de opressão gênero/raça também na própria materialidade dos corpos colonizados, Curiel (2007), por sua vez, expõe o mito da democracia racial na América Latina. Por meio de violações sexuais sistemáticas, a mestiçagem foi uma prática compulsória durante o período colonial, visando a embranquecer a população, "melhorar a raça". A existência do mestiço e da mestiça permitiu, assim, a construção do conceito de democracia racial como elemento fundante da representação nacional latino-americana, resultando na persistente invisibilização do racismo.

Neste ponto, importa sublinhar que a crítica feminista pós-colonial possui um viés de historicidade, mas não se resume a uma revisitação do passado. Ao contrário, esse tipo específico de crítica vem a demonstrar precisamente que tais processos de outremização subsistem, ainda que para isso precisem mudar suas estratégias de funcionamento. É nessa perspectiva que a filósofa negra brasileira Sueli Carneiro preconiza que o que poderia ser considerado histórias de um longínquo passado colonial permanece vivo no imaginário social, adquirindo novas roupagens em uma ordem social supostamente democrática (CARNEIRO, 2001). A autora prossegue relatando que demonstrações muito atualizadas do colonialismo são a erotização da desigualdade entre homens e mulheres e a romantização da violência sexual contra as mulheres negras.

Um relato também exemplificativo da persistente colonialidade é trazido pela estudiosa do feminismo negro estadunidense bell hooks (1996), ao avaliar que ocorre, hoje, um movimento de exaltação da negra (e do negro) enquanto exótica, movimento no qual homens brancos sentem-se à vontade para falar abertamente do seu desejo de ter um encontro sexual com essa Outra sem julgar que estão agindo em chave racista, pois racistas seriam os seus antepassados, os que violavam os corpos das mulheres negras ou de cor para afirmar sua posição de colonizadores. A autora identifica tal comportamento como parte de uma série de estratégias culturais contemporâneas que permitem a continuidade do "primitivismo" e da estereotipação das pessoas não brancas por baixo do véu do desejo do Outro.

Gênero e interseccionalidade

Foi justamente a partir do feminismo negro/de cor norte-americano que o conceito da interseccionalidade, central para a presente pesquisa, se notabilizou: o termo "intersectionality" foi cunhado pela advogada afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989) para casos jurídicos, dentre os quais

ISBN: 978-85-7205-159-0

DeGraffenreid vs General Motors, no qual mulheres negras interpuseram uma ação contra a GM por discriminação em razão de sexo e raça. A corte julgadora, na ocasião, rejeitou os pleitos ao identificar que a companhia havia contratado, antes de 1964, pessoas negras e pessoas do sexo feminino, embora as contratações fossem de mulheres brancas e de negros homens. Tal fato levou Crenshaw a apresentar a noção de interseccionalidade para evidenciar o apagamento da mulher negra ao se considerar que as discriminações de raça e gênero operam de forma mutuamente excludentes.

A autora sustenta que a emblemática decisão da corte falhou em reconhecer que mulheres negras lidam com discriminações combinadas de raça e gênero, em grande parte graças à doutrina jurídica antidiscriminatória, cujos limites são pensados a partir da experiência de mulheres brancas e homens negros, como sistemas de opressão distintos. Ela acresce que a vivência das mulheres negras é muito mais abrangente, e que a insistência para que as demandas dessas mulheres sejam sempre filtradas por categorias analíticas que invisibilizam suas experiências faz com que suas necessidades raramente sejam atendidas. Posteriormente, Crenshaw (1991) reelaborou a noção de interseccionalidade de modo a ir além da dimensão do mercado do trabalho, conceituando a análise interseccional como aquela capaz de explorar as várias formas através das quais raça e gênero interagem para formar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra mulheres de cor.

Implica salientar que, embora seja creditada a Crenshaw a consagração do termo "interseccionalidade", identifica-se que já havia movimentos no sentido de uma análise interseccional das matrizes de opressão anteriores aos anos 1980. Esse é o entendimento de Brah e Phoenix (2004), que pagam tributo ao grupo feminista negro Combahee River Collective, o qual preconizava, desde a década de 70, a inocuidade de se privilegiar uma única dimensão de experiência como se esta constituísse o todo, bem como defendia a necessidade de se desenvolver uma base integrada de análise e prática sustentada no fato de que os principais sistemas de opressão são entrelaçados. Jelin (2014), por seu turno, identifica como interseccionais *avant la lettre* as investigações, ainda nas décadas de 1960 e 1970, de Florestan Fernandes – sobre classe e raça/etnicidade –, Rodolfo Stavenhagen – sobre classe e etnicidade – e Heleieth Saffioti, Isabel Larguía e John Dumoulin – sobre gênero e classe.

Contudo, é evidente o processo de complexificação pelo qual o projeto analítico da interseccionalidade passou a partir dos anos 1990, após a proposta de Crenshaw e em parte graças às próprias críticas dirigidas ao seu conceito. Uma das mais veementes ponderações pode ser encontrada em Kergoat (2010), que, unindo-se a Elsa Dorlin, acusa a interseccionalidade de Crenshaw de operar em uma espécie de cartografia que naturaliza os eixos de opressão e toma como fixas as relações de poder que, em

ISBN: 978-85-7205-159-0

realidade, são móveis e historicizadas. Buscando recuperar a materialidade das relações sociais, a autora dá preferência ao conceito de consubstancialidade como "o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca" (KERGOAT, 2010).

Outros autores e autoras, sem abandonar a terminologia da interseccionalidade, mas, ao contrário, optando por retrabalhar o seu significado, vêm advogando o uso de análises interseccionais de uma forma mais dinâmica e que não implique uma adição. Nesse sentido, Collins (2000) elabora o conceito de matriz de dominação como a organização geral do poder em uma sociedade, referindo que toda e qualquer matriz terá sempre um concerto particular de sistemas de opressão interseccionais, embora os entrecruzamentos das opressões sejam localmente e historicamente particulares para cada matriz. Esses sistemas são organizados de acordo com quatro domínios de poder que se inter-relacionam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal. O domínio estrutural estaria associado aos aparatos jurídico, religioso, político e econômico; o disciplinar refere-se ao controle das opressões, nomeadamente por aparelhos burocráticos; o hegemônico seria o domínio legitimador da opressão pela ideologia; e o interpessoal é a dimensão na qual as opressões se expressam cotidianamente nas relações humanas.

No pensamento latino-americano, Alonso e Diaz (2012), sobre as matrizes de dominação, sustentam que compreendê-las é mais profícuo do que somar as opressões por ela fundadas, pois são essas matrizes que, permanecendo ocultas, permitem manter os sujeitos como separados, tematizados em áreas fragmentadas e hierarquizantes e, desse modo, enfraquecer os processos de resistência. Ainda segundo os autores, a perspectiva interseccional, que é múltipla, pode promover análises complexas sobre as formas pelas quais a ferida colonial[5] se materializa nos corpos situados em processos particulares de dominação patriarcal e racista, como o contexto da América Latina. Tal enfoque, sustentam, consegue avançar sobre a trama complexa das relações sociais resistindo à categorização hegemônica, invitando a uma articulação militante que cria pontes entre diferentes sujeitos.

A propósito da referida dimensão de militância, observa-se que a riqueza do paradigma interseccional pode ser acrescida também de um caráter emancipatório que, longe de congelar as subjetividades e a agência das mulheres em um quadro teórico monológico, libera-se, o que lhe permite viajar através dos campos de significação e em razão das realidades materiais, históricas e contextuais,

[5] O conceito de *ferida colonial* foi cunhado por Mignolo (2005) como o sentimento de inferioridade inflingido às pessoas que não se adequam ao modelo pré-determinado pelas narrativas euroamericanas. Ele credita o uso do termo "ferida" à formulação de Glória Anzaldúa sobre a fronteira entre os Estados Unidos e o México, que a autora entende como uma ferida aberta onde o Terceiro Mundo atrita-se com o Primeiro e sangra (ANZALDÚA apud Mignolo, 2007).

ISBN: 978-85-7205-159-0

tornando-se um paradigma possivelmente mais inclusivo e politicamente mais solidário. Para tanto, agrega-se à análise interseccional uma leitura dialógica do poder que o compreende simultaneamente como um campo de dominação, desapropriação e destruição, mas também de reconstrução, resistência à opressão (simbólica e conceitual) e espaço de emancipação dos sujeitos (MUÑOZ CABRERA, 2009a).

Considerações finais

É oportuno traçar algumas considerações sobre a aplicação do viés interseccional em uma proposta que se pretende delineada a partir da crítica feminista pós-colonial. Roth (2013), reconhecendo a genealogia norte-americana do conceito, que já fora importado daquele âmbito acadêmico para o europeu, alerta para dois grandes perigos: o risco de que o viés interseccional se torne um discurso meramente doxográfico, por um lado, e a ameaça de um certo ocidentalismo metodológico, de outro. Quanto ao primeiro, Roth chama a atenção para o fato de que a tríade raça-classe-gênero, uma vez percebida como conceito nômade, tende a cair no discurso doxográfico, isto é, fazendo-se constar em trabalhos acadêmicos apenas enquanto uma citação obrigatória, uma fórmula a ser mencionada, despindo a interseccionalidade do seu caráter eminentemente crítico e ativista.

Quanto ao prenúncio do ocidentalismo epistêmico, a autora faz importantes considerações. Primeiramente, traz à luz a lembrança de que diversas autoras latino-americanas já vêm desenvolvendo experiências de investigação interseccionais, conquanto não se utilizem da terminologia específica "interseccional", que não são consideradas relevantes por estarem fora do eixo eurocêntrico da produção do conhecimento. Em segundo lugar, Roth aduz que a interseccionalidade, sendo uma ideia que flui predominantemente a partir dos contextos acadêmicos norte-americano e europeu, é elaborada nas respectivas conceitualizações hegemônicas de gênero e raça. Nesse sentido, propõe ser necessária uma historicização da abordagem interseccional para as desigualdades sociais que são, também elas, historicizadas e locais, e defende uma perspectiva pós-colonial da interseccionalidade.

Encontra-se precisamente nesse entremeio a inter-relação entre a crítica feminista pós-colonial e a interseccionalidade, articulação que fundamenta o presente estudo. Ainda que o paradigma interseccional seja relativamente recente, enquanto ferramenta analítica aceita e difundida no meio acadêmico, a produção e a reprodução de desigualdades sociais na América Latina por sistemas múltiplos, entrelaçados e simultâneos de opressão remonta a mais de quinhentos anos, assim como o caráter transnacional de tais

ISBN: 978-85-7205-159-0

desigualdades, ainda que a globalização seja retratada como um fenômeno contemporâneo. Compreender a precariedade da vivência das mulheres latino-americanas através de uma chave interseccional que considere raça, gênero, classe, etnia e sexualidade é tão importante quanto explorar de que forma as colonialidades formatam as experiências de vida dessas mesmas mulheres.

Questões como esterilização forçada, criminalização do aborto, violência doméstica, feminicídio, imprescindem de um olhar investigativo sensível às implicações de ordem sociológica, para além do simples conhecimento jurídico das normas internacionais que condenam a violência contra as mulheres. Paradoxalmente, estudos recentes ainda apontam que, na América Latina, poucas pesquisas focadas na violência contra a mulher apresentam o viés da interseccionalidade (MUÑOZ CABRERA, 2009b). Isto posto, advoga-se, no presente trabalho, que é precisamente a partir de uma lente interseccional pós-colonial que será possível alcançar uma compreensão dos direitos humanos das mulheres latino-americanas (e suas violações) que seja atenta às especificidades da região, oferecendo chaves de leitura para o estudo dos movimentos feministas na América Latina que atuam em defesa desses direitos.

Referências

ALONSO, Graciela; DÍAZ, Raúl. Reflexiones acerca de los aportes de las epistemologias feministas y descoloniales para pensar la investigación social. **Debates Urgentes** – Dossier: Pensamiento crítico y cambio, La Plata, Año 1, nº 1, 2012.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIDASECA, Karina. **Perturbando el texto colonial**: los estudios (pos)colonials en América Latina. 1ª ed. Buenos Aires: SB, 2010.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I a Woman? Revisiting Intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Massachusetts, v. 5, n. 3, p. 75–86, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero - Durban, África do Sul, agosto de 2001. Disponível em: <http://mujeresdelsur.org/sitio/images/descargas/ennegrecer%20el%20feminismo_sueli%20carneiro.pdf > Acesso em 6 jul 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2ª ed. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: A black feminist critique

ISBN: 978-85-7205-159-0

of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chile: U. Chi. Legal F., 1989.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, vol. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nómadas (Col)**, Bogotá, n. 26, p. 92-101, abril 2007. Disponível em: < http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241010>. Acesso em: 27 out. 2014.

GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer** [online], vol. 12, n. 28, p. 17-34, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-70120070001000003&ln g =en&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 15 abr 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

hooks, Bell; MANSOUR, Mónica. Devorar al otro: Deseo y resistencia. **Debate Feminista**, vol. 13, p. 17-39, abr. 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42624319>. Acesso em 30 mai 2016.

JELIN, Elizabeht. Desiguadades de clase, género y etnicidad/raza. Realidades históricas, aproximaciones analíticas. **desiguALdades.net Working Paper Series**, Berlin, n. 73, 2014. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek /desigualdades/workingpapers/73_WP_Jelin_Online.pdf>. Acesso em: 24 mai 2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jul 2016.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 21-53, set. 2005.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**, Cali, vol. 6, n. 2, p. 105-119, jul – dez. 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser. Contribuiciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GRÓSFOGUEL, Ramón (Eds). **El giro descolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, IESCO e Pontifícia Universidade Javeriana, Institudo Pensar, 2007.

MIGNOLLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GRÓSFOGUEL, Ramón (Eds). **El giro descolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, IESCO e Pontifícia Universidade Javeriana, Institudo Pensar, 2007.

ISBN: 978-85-7205-159-0

MOHANTY, Chandra Tapalde. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Feminist Review**, Basingstoke, n. 30, p. 61-88, 1988. Disponível em: <http:// www.jstor.org/discover/10.2307/1395054?uid=2&uid=4&sid=21105085604153>. Acesso em: 27 out. 2014.

MUÑOZ CABRERA, Patricia. "L'intersectionnalité et les études de genre: à la recherche des nouveaux paradigmes féministes. **Savoirs de genre**: quel genre de savoir? Bélgica: Sophia, 2009(a). Disponível em: <http://www.sophia.be/index. php/fr/pages/view/1302>. Acesso em 20 jul. 2016

_____. **Intersecting Inequalities**: a review of feminist debates and theoretical approaches on violence against women and poverty in Latin America. Londres, CAWN, 2010. Disponível em: <http://www.cawn.org/assets/Intersecting%20Violences%20FINAL.pdf>. Acesso em 18 jul 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GRÓSFOGUEL, Ramón (Eds). **El giro descolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, IESCO e Pontifícia Universidade Javeriana, Institudo Pensar, 2007.

ROTH, Julia. Entangled Inequalities as Intersectionalities: Towards an Epistemic Sensibilization. **desiguALdades.net Working Paper Series**, Berlin, n. 43, 2013. Disponível em: <http://www.desigualdades.net/Resources/Working_Paper/43_WP_Roth_Online.pdf>. Acesso em: 24 mai 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SULERI, Sara. Women Skin Deep: Feminism and the Postcolonial Condition. Critical **Inquiry**, Chicago, v. 18, n. 4, p. 756-769, verão 1992.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Revista Nómadas (Col)**, Bogotá, n. 26, p. 102-113, abril 2007. Disponível em: < http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011>. Acesso em: 12 jan. 2015.